

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PÓS- GRADUAÇÃO – DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
COMUNICAÇÃO POLÍTICA E IMAGEM

INTERNET E AS DIFERENTES VISÕES SOBRE O FUTURO

CURITIBA

2011

BIBIANA DIONÍSIO

INTERNET E AS DIFERENTES VISÕES SOBRE O FUTURO

Trabalho apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná como pré-requisito para obtenção do título de especialista em Comunicação Política e imagem..

Orientador: Prof. Dr. Nelson Souza

CURITIBA

2011

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 3 |
| 2 REVISÃO DA LITERATURA | 5 |
| 2.1 A INTERNET E OS OTIMISTAS | 5 |
| 2.1.1 Características da comunicação na Internet e Virtualização | 5 |
| 2.1.2 A virtualização | 6 |
| 2.1.3 O Ciberespaço | 7 |
| 2.1.4 Distância, tempo e espaço | 8 |
| 2.1.5 Público – Privado e Efeito Moebius | 10 |
| 2.1.6 O hipertexto | 11 |
| 2.2 A INTERNET E OS MENOS OTIMISTAS | 14 |
| 3 CONCLUSÃO | 24 |
| REFERÊNCIAS | 29 |

1 INTRODUÇÃO

De que forma são estabelecidas as discussões da sociedade e a identificação de espaços públicos, onde os cidadãos debatem interesses coletivos, são aspectos considerados pelos estudiosos da Sociologia pontos de partida para uma democracia plena. A ideia de que a sociedade em que vivemos alimenta um sistema que não incentiva a exposição de argumentações e que não articula para o bem estar de todos é reconhecida por muitos autores. Assim como a predominância da opinião de alguns grupos da sociedade que são conduzidos por interesses privados no momento de tomar decisões ou definir regras. Isso, de acordo com Jünger Habermas (1984) que abala o conceito de democracia desejado mundialmente e põe em xeque aquilo se entende por Esfera Pública.

Esse cenário é tema de estudos e pesquisas tanto da Sociologia quanto da Comunicação Social não só pela democracia ser determinante para ambas, mas porque existem intersecções entre as áreas que possibilitam ou não a democracia.

O século XXI começou com novas promessas em relação aos meios de comunicação: a internet poderia viabilizar a democracia ideal. O que será exposto nesta monografia são tendências otimistas e pessimistas sobre a web como ferramenta de mudança social-política. Primeiramente, as características deste novo meio de comunicação serão trabalhadas de forma idealizadora.

Depois as reflexões em torno da internet serão questionadas, com o estabelecimento de cenários desanimadores onde o novo veículo corrobora com a desconstrução da sociedade e a reprodução do que já se presencia, contudo, com novas desigualdades.

Nesse sentido, as argumentações apresentadas são conflitantes e os autores que não acreditam que a internet vá mudar as relações sociais tendem a desmistificar as teses daqueles que defendem a web.

Além disso, conceitos como ciberespaço, cibercultura, sociedade da informação, atopia info-rico e info-pobre e fluxo de informação são trabalhados de maneiras distintas para justificar benefícios ou malefício da internet.

Assim, o objetivo deste trabalho é, a partir das teorias sobre internet, expor as projeções de sociedade existentes e também como a literatura trabalha a possibilidade (ou não) de a internet ser utilizada como ferramenta de mudanças

social-política para o fortalecimento do debate público. Enfim, observar se por meio deste novo meio de comunicação, inicia-se um novo processo de debate público.

Metodologicamente este trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico, como os textos de John B. Thompson, Manuel Castells, Pierre Lévy, Dominique Wolton, Andrew Keen e Ignácio Ramonet. A monografia parte das características da internet, passa pelas visões otimistas do meio, depois pelas pessimistas para então chegar a uma conclusão, que tenta estabelecer um ponto mediano entre os autores favoráveis/ crentes e desfavoráveis/ céticos em relação à internet.

2 REVISÃO DA LITERATURA

No presente capítulo são expostos os conceitos relativos a internet – enfocando a visão otimista e pessimista – desse meio sobre as relações sociais.

2.1 A INTERNET E OS OTIMISTAS

2.1.1 Características da comunicação na Internet e Virtualização

O computador e a Internet criaram um fator que modifica o processo comunicativo. Juntos ocasionam a chamada convergência entre as mídias. A multimídia, por exemplo, agrupa texto, imagens e áudio em uma rede de dados. “Está apagando as antigas distinções rígidas entre os meios de comunicação” (STRAUBHAAR e LAROSE, 2004, p. 23).

Os antigos meios – rádio, televisão, impressos e filmes – que costumavam ser bem diferenciados, no atual meio digital, devem convergir em uma memória de computador (STRAUBHAAR e LAROSE, 2004).

Dentro em breve a rede digital irá reunir todos os setores da indústria de comunicação, da edição clássica ao audiovisual (LÉVY, 1993).

Pela primeira vez na história conseguiu-se algo admirável: estamos diante de um espaço praticamente infinito, o ciberespaço, habitado por uma linguagem nova, a digital, que conseguiu realizar a fantástica proeza de juntar num único *bit*, o texto, a imagem e o som. (GUARESCH e BIZ, 2005, p. 39)

A convergência das mídias ou hipermídia, como veremos mais tarde, é entendida como ponto de partida para uma reflexão sobre os “meios de massa” e “massa” uma vez que, para alguns pesquisadores da comunicação e também da sociologia, acaba com o tradicional esquema de transmissão - recepção. Pierre Lévy é autor chave e referência para muitos outros autores quando se fala sobre as possíveis mudanças sociológicas causadas, a princípio, pela nova tecnologia da comunicação: a internet. Todavia, deve-se considerar que a visão deste autor é polêmica porque há uma supervalorização da *web* e também das transformações que este meio possa provocar. Vejamos algumas reflexões deste autor que apesar

de um tanto quanto exacerbadas, nos interessa para contrapor os argumentos pós e contra da internet: Lévy chama atenção para uma nova interação da coletividade e sugere no espaço virtual um esboço do conceito de democracia.

O desenvolvimento da comunicação assistida por computador e as redes digitais planetárias aparece como a realização de um projeto mais ou menos bem formulado, o da constituição deliberada de novas formas de inteligência coletiva, mais flexíveis, mais democráticas, fundadas sobre a reciprocidade e o respeito das singularidades. (LÉVY, 2001, p. 96)

Ainda de acordo com Lévy, essa transformação no trato da comunicação só foi possível graças à invenção do computador pessoal, que fez da informática um meio de comunicação de massa para criação, comunicação e simulação.

2.1.2 A virtualização

A partir do momento que a sociedade passa a conviver com a idéia de no contexto de computador *per capita*, surge, como denomina Lévy, a virtualização. No dicionário Aurélio a palavra virtual é definida da seguinte forma: 1. Que existe como potência, mas não realmente. 2. Como possibilidade de realizar-se. 3. Diz-se daquilo que, por meios eletrônicos, constitui representação ou simulação de algo real.

Aqui, entretanto, considera-se que

virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade em um conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma “solução”), entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático. Virtualizar em entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral a qual ela se relaciona, em fazer mudar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular. (LÉVY, 2001, p. 17)

Nesse sentido, a virtualização é o princípio para a realidade, sem a preocupação ou a necessidade de ser fixa a uma temporalidade ou local. E mais: ao mesmo tempo em que a virtualização tem o caráter coletivo, ela só é possível a partir da intervenção do homem. “O virtual só eclode com a entrada da subjetividade humana no circuito (...) a digitalização e as novas formas de apresentação do texto só nos interessam porque dão acesso a outras maneiras de ler e de compreender” (LÉVY, 2001). A participação do ser humano, portanto, é determinante. Afinal, não

se reestrutura a comunicação apenas com avanço tecnológico.

Antes de mais nada, jamais pensamos sozinhos, mas sempre na corrente de um diálogo ou de um multidialogo, real ou imaginado. Não exercemos nossas faculdades mentais superiores senão em função de uma implicação em comunidades vivas com suas heranças, seus conflitos e seus projetos. (LÉVY, 2001, p. 97)

O virtual amplia possibilidades de interpretação, de resolução ou de atualização. Outras características também são inerentes à virtualização. Percebe-se uma nova dinâmica na troca e divulgação de informações e uma rapidez na aprendizagem (LÉVY, 2001). São avanços tecnológicos que interferem nas relações humanas. Mas tarde, como veremos a partir de reflexões de outros autores, os argumentos utilizados por Pierre Lévy aparecem mais como especulações, afinal, não comprovações de que a internet – por si só – seja determinante para os avanços ou não das relações sociais.

2.1.3 O Ciberespaço

Quando a informática é incorporada pela sociedade surgem o ciberespaço e a cibercultura. A cibercultura permite ao ser, mesmo sozinho, estar em contato com outras pessoas.

Nesse sentido, a sociedade contemporânea vai aproveitar o potencial comunitário, associativo ou simplesmente agregador dessa nova tecnologia (por exemplo, os *chats*, listas, fóruns, *icq*, *blogs*, *web-cams*...) para transformar a ferramenta apolínea, que é o computador, em uma arma dionisíaca. Assim, sendo, devemos estar sós sem estarmos isolados. Se os radicais que criaram os microcomputadores da década de 70 propunham a informática para todos, os internautas da década de 90 propõem a conexão generalizada, a comunicação, a proximia (LEMOS, 2002, p. 113).

Ao passo que para o ciberespaço, a comunicação é interativa, usa código digital universal, é convergente, global e planetária (SANTAELLA, 2002, p. 53).

O ciberespaço manifesta propriedades novas, que fazem dele um precioso instrumento de coordenação não hierárquica, de sinergização rápida das inteligências, de troca de conhecimento, de navegação nos saberes e de autocriação deliberada de coletivos inteligentes. (LÉVY, 2001, p. 117)

Lévy considera que o campo cibernético, graças ao alcance indeterminado / universal - como salientou Santaella – cria pontes de conexão entre atividades humanas.

O ciberespaço constitui um campo vasto e aberto, ainda parcialmente indeterminado, que não se deve reduzir a um só componente. Ele tem vocação para interconectar-se e combinar-se com todos os dispositivos de criação, gravação, comunicação e simulação (LÉVY, 2000, p. 104).

Tanto a visão de Lemos quanto a de Santaella exaltam um otimismo diante do ciberespaço. Lemos faz, entretanto, uma mea culpa da internet que será visto no capítulo 2.2.

Toda pesquisa em torno da comunicação de massa e da sociedade, mais especificamente a comunicação jornalística, tem como base o tempo, o espaço e a distância. O tempo refere-se ao período entre o acontecimento do fato e a recepção da notícia. O espaço e a distância são onde são estabelecidas as relações comunicativas e onde o fato ocorre. Os autores mais otimistas em relação à internet acreditam que esta equação resulta em mudanças positivas na sociedade.

2.1.4 Distância, tempo e espaço

Discutir comunicação e relações sociais a partir da internet traz também diferentes percepções. Para os brasileiros, por exemplo, notícias do continente africano não são mais inacessíveis por causa da distância entre os países, não existe mais a simples delimitação de territórios e ainda se verifica outra concepção de tempo, já que a internet permite intercâmbio de dados em uma velocidade até o momento não experimentada.

Ao refletir sobre as conseqüências das novas tecnologias, damos-nos conta de que elas trouxeram mudanças profundas para o próprio ser humano. Entre outras mudanças, podemos constatar que três dimensões essenciais a todo ser humano, como as quais lidamos a todo momento e que estão presentes em todos nossos atos, mudaram de sentido: a dimensão da distância, do espaço e do tempo (GUARESCHI e BIZ, 2005, p. 46).

O espaço e a distância podem ser analisados simultaneamente. Denomina-se ciberespaço ou cibersociedade o “local” onde as relações pessoais são estabelecidas. Ora, mas qual é a dimensão do ciberespaço? Qual é a dimensão, que

espaço ele ocupa? Algo que conecta o mundo todo, sem limite de adesão “surpreendentemente não ocupa espaço” (GUARESCHI e BIZ, 2005).

Thompson utiliza para este processo o termo *distanciamento espaço-temporal*. O termo, contudo, não é aplicado exclusivamente para a internet.

Todo processo de intercâmbio simbólico geralmente implica um distanciamento da forma simbólica do seu contexto de produção: ela é afastada de seu contexto, tanto no espaço quanto no tempo, e replantada em novos contextos que podem estar situados em tempos e lugares diferentes. (THOMPSON, 1998, p. 28)

A digitalização proporciona um “imenso plano semântico, acessível em todo lugar (...)” e ainda conta com a participação de todos para produzi-lo. “O sentido emerge de efeitos de pertinência locais, surge na intersecção de um plano semiótico desterritorializado e de uma trajetória, eficácia ou prazer” (LÉVY, 2001, p. 49). Aqui cabe outra reflexão para entender a abrangência mencionada por Lévy. Todos contribuem para produção do plano semântico da internet? Qual a parcela da população mundial tem acesso a *web*?

Diante desta visão otimista e revolucionária da mais nova ferramenta da comunicação, Lévy considera que o modelo de comunicação emissor-receptor é substituído. O que se vê agora é a “comunicação todos-todos (...). O ciberespaço oferece instrumentos de construção cooperativa de um contexto comum em grupos numerosos e geograficamente dispersos” Acrescenta-se o fato de que: “o objeto comum suscita dialeticamente um sujeito coletivo” (LÉVY, 2001).

No ciberespaço, em troca, cada um é potencialmente emissor e receptor num espaço qualitativamente diferenciado, não fixo, disposto pelos participantes, explorável. Aqui, não é principalmente por seu nome, sua posição geográfica ou social que as pessoas se encontram. Mas segundo centros de interesse, numa paisagem comum do sentido ou do saber. (LÉVY, 2001, p. 113)

Stockinger acredita que os fatores que são determinantes para a apreensão de uma mensagem na sociedade convencional são influentes apenas no local onde os homens estão inseridos, ou seja, limitados a territórios e/ou culturas. “Na sociedade ‘virtual’ eles se referem a funções que as mensagens assumem dentro de um coletivo não-local, cujos limites variam permanentemente em função de movimentos no espaço cibercultural” (STOCKINGER, 2009, p. 10). Estudos da década de 40, todavia, já consideram relevantes os contextos de recepção para o

entendimento da mensagem veiculada pelos veículos de comunicação de massa, o que significa que a internet ainda que considerada ponte para transformação social possui aspectos das mídias tradicionais.

Outra característica da comunicação via *web* é a fusão entre os aspectos públicos e privados do internauta. Aquilo que cabe apenas ao indivíduo é discutido com todos aqueles que estão conectados e passa a ser de domínio público.

2.1.5 Público – Privado e Efeito Moebius

Um dos aspectos tido como interessante da *web* é o conflito entre o público e o privado que existe antes mesmo deste debate das conseqüências do avanço da internet e, portanto, não é um fato inédito da sociedade. O livre acesso proporcionado pela internet faz com que qualquer dado ou informação, privado ou não, esteja disponível no ciberespaço. “É a publicização do espaço privado e a privatização do espaço público” (LEMOS, 2002, p. 117).

É necessário assinalar ainda que esses autores otimistas relacionam essa sinestesia entre o público e o privado deriva da falta de limites territoriais da internet. “(...) os limites não são mais dados. Os lugares e o tempo se misturam. As fronteiras nítidas dão lugar a uma fractalização das repartições. São as próprias noções de privado e público que se questionam” (LÉVY, 2001, p. 25).

Lévy denomina este processo de Efeito Moebius. Quando interage e estabelece relações sociais pela *web*, o internauta toma para si o que está acessível na rede e expõe o que lhe é subjetivo. O que é público, o receptor/ internauta torna privado, numa espécie de identificação. E o que é privado ele torna público, como quem compartilha e contribui para a formação de novos textos e novas redes.

Além da desterritorização, um outro caráter é freqüentemente associado à virtualização: a passagem do interior ao exterior e do exterior ao interior. Esse “efeito Moebius” declina-se em vários registros: o das relações entre privado e público, próprio e comum, subjetivo e objetivo, mapa e território, autor e leitor etc (LÉVY, 2001, p. 24).

Ora, não se navega na rede da mesma forma como se assiste à televisão, se ouve rádio ou se lê jornais e revistas. O internauta pode estar em *chat* conversando com alguém do outro lado do planeta, ouvindo uma rádio alemã e lendo um jornal norte-americano ao mesmo tempo. E para enfatizar a diferença no

processo comunicativo Lemos assinala que a relação sensorial é diferente; há uma simultaneidade e um fluxo bidirecional das informações (todos - todos) (LEMOS, 2002).

O acesso às informações *on-line* é seletivo e não contínuo como em uma leitura. Toma-se conhecimento apenas do que se procura (LÉVY, 1993, p. 114).

A simultaneidade e interatividade citadas por Lemos correspondem ao hipertexto por haver uma descentralização. Por meio da internet, a comunicação ocorre ponto a ponto na conexão generalizada, na universalização do acesso e na liberdade de emissão. Para França, a rede de comunicação da atualidade experimenta uma velocidade e uma dinâmica nunca testadas. O número de conexões, o volume e o alcance das informações ultrapassam os já vividos (FRANÇA, 2002, p. 63).

É fato que na internet o receptor comporta-se de uma maneira diferente, uma vez que ele é autônomo no momento que decide qual informação quer ter acesso e até mesmo qual ênfase ele quer conhecer. E esta leitura não linear denomina-se hipertexto.

2.1.6 O hipertexto

Dentro da comunicação existem atores ou elementos de uma mensagem que constroem universos de sentidos, mundos de significação denominados de hipertextos (LÉVY, 1993). Estes correspondem às conexões que podem surgir a partir de um assunto. É um meio de se organizar o conhecimento e de se adquirir novas informações, além de proporcionar o envolvimento de quem está recebendo a informação. Com isso, há um processo de assimilação, de aprendizagem, mais eficaz. Para Lévy quanto mais ativa a pessoa se demonstra para participa da aquisição de um conhecimento, mais ela vai integrar e absolver aquilo que aprender. Na multimídia interativa essa participação é exploratória, pelo fato das informações hipertextuais não se dispõem linearmente. O hipertexto conecta palavra e frases cujos significados remetem-se uns aos outros. De acordo com Pierre Lévy, dialogam e ecoam mutuamente para além da linearidade do discurso, ou seja, um texto já é sempre um hipertexto, e configura-se como uma rede de associações (LÉVY, 1993).

Tecnicamente, o hipertexto é o conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou podem eles mesmos serem hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira (LÉVY, 1993, p. 33).

A questão hipertextual antecede a comunicação na *web* e ao conceito de virtualização. As relações pessoais são hipertextos uma vez que são constituídas por conexões de assuntos, de sentidos, de significados, etc... Aquilo que já foi visto, escutado, lido ou até mesmo vivenciado serve como elemento para a formulação de um novo texto.

Um pensamento se atualiza num texto e um texto numa leitura (uma interpretação). Ao remontar essa encosta da atualização, a passagem ao hipertexto é uma virtualização. Não para retornar ao pensamento do autor, mas para fazer um texto atual uma das figuras possíveis de um campo textual disponível, móvel, reconfigurável à vontade, e até para conectá-lo e fazê-lo entrar em composição com outros corpus hipertextuais e diversos instrumentos de auxílio à interpretação. Com isso, a hipertextualização enriquece consideravelmente a leitura (LÉVY, 2001, p. 43).

A multiplicidade presente na internet reflete no hipertexto, que traz outra complexidade de significações. O internauta “capta com riqueza o universo da construção dos sentidos, ressaltando com propriedade as mutações, diferenças e mobilidade que caracterizam o processo” (FRANÇA, 2002, p. 65).

Da mesma forma que o internauta navega e busca informações de maneira não linear, o hipertexto é construído no ciberespaço. Aqui se percebe novamente uma das características mais inovadoras da internet interferindo na construção de texto. Volta-se ao fato de que simultaneamente aquele que utiliza a *web* é emissor e receptor.

O navegador pode se fazer autor de uma maneira mais profunda do que percorrendo uma rede preestabelecida: participando da estruturação do hipertexto, criando novas ligações. Alguns sistemas registram os caminhos de leitura e reforçam (tornam mais visíveis, por exemplo) ou enfraquecem as ligações em função da maneira como elas são percorridas pela comunidade dos navegadores. (LÉVY, 2001, p. 45)

Ao mesmo tempo em que o internauta interpreta e transforma em conhecimento as informações dispostas na rede, ele também age para construir novas ligações ou modificar as que existem. E a descentralização dos fatos ou desterritorialização mencionada anteriormente também agem na construção do

hipertexto.

Os dispositivos hipertextuais nas redes digitais desterritorializaram o texto. Fizeram emergir um texto sem fronteiras nítidas, sem interioridade definível. (...) O texto é posto em movimento, envolvido em um fluxo, vetorizado, metamórfico. Assim está mais próximo do próprio movimento do pensamento, ou da imagem que hoje temos deste. (...) É como se a digitalização estabelecesse uma espécie de imenso plano semântico, acessível em todo lugar, e que todos pudessem ajudar a produzir, a dobrar diversamente, a retomar, a modificar a dobrar de novo... (LÉVY, 2001, p. 48)

O Efeito Moebius é ativo na construção do hipertexto. O *loop* da exterioridade e da interioridade, como afirma Lévy (2001), provoca a união entre o leitor e o autor, no sentido de que uma mesma pessoa é ao mesmo tempo emissora e receptora.

Essa passagem contínua de dentro para fora, como num anel de Moebius, caracteriza já a leitura clássica, pois, para compreender, o leitor deve “recriar” o texto mentalmente e portanto entrar dentro dele. Ela diz respeito também à redação, uma vez que a dificuldade de escrever consiste em reler-se para corrigir-se portanto em um esforço para torna-se estranho ao próprio texto. Ora, a hipertextualização objetiva, operacionaliza e eleva à potência do coletivo essa identificação cruzada do leitor e do autor. (LÉVY, 2001, p. 45)

Stockinger argumenta que na *web* as informações são valorizadas, avaliadas, interpretadas e transmitem significados a partir das referências de cada internauta. Aquele que navega na internet é seletivo, a partir do momento que busca informações que lhe interessam (STOCKINGER, 2009).

Se considerarmos a internet e as mudanças nas relações sociais puramente da maneira como é exposta pelos autores acima citados, o novo meio de comunicação poderia proporcionar, graças aos avanços tecnológicos, um modelo social ideal. Existem reflexões, entretanto, que colocam em primeiro lugar os aspectos sociais da comunicação e da democracia em segundo a contribuição do avanço tecnológico como decisivo para mudanças no processo de democratização da comunicação. O ponto de partida para esta vertente passa a ser o homem e não mais a técnica.

Pelo o que foi exposto até agora, é perceptível uma avaliação do internet como o meio que possibilita os avanços, desde que seja considerada a subjetividade humana. Contudo, é difícil afirmar, e ainda não se tem provas científicas, de que uma vez disposta a informação e o acesso a ela se produz conhecimento. Um dos

possíveis motivos, inclusive, foi destacado pelos autores idealizadores da internet. É preciso conhecer e relvar o meio no qual o internauta está inserido.

2.2 A INTERNET E OS MENOS OTIMISTAS

Alguns autores de comunicação, mais especificamente, aqueles que pesquisam a contribuição e a influência da mídia nas relações sociais apontam, como visto no capítulo anterior, a internet e a maneira como ocorre a comunicação neste meio como algo revolucionário e determinante para a tão desejada democracia plena. Existem autores, entretanto, que são descrentes desta possibilidade como é o caso de Andrew Keen, escritor norte americano que apresenta uma visão extremamente crítica. Pode-se destacar também as análises feitas pelo sociólogo francês, Dominique Wolton.

Assim como Pierre Levy foi o fio condutor para a exposição das leituras otimistas, neste segundo capítulo partiremos de Wolton para estabelecer um diálogo entre os autores que trabalham cautelosamente a temática.

É importante destacar a co-relação entre sociedade, comunicação e democracia:

A comunicação é o cerne da modernidade, isto é, inseparável deste lento movimento de emancipação do indivíduo e do nascimento da democracia. Hoje ela é central por três razões: supõe seres livres para os quais a liberdade de informação e de comunicação está no cerne de todas as relações sociais e políticas. Ela deve administrar, constantemente, no seio de nossa sociedade individualista de massa, os dois sentidos contraditórios provenientes de duas heranças políticas, dos séculos XVII e XIX, a liberdade individual e a igualdade de todos. Por fim, a comunicação é a condição para a democracia de massa (WOLTON, 2007, p. 10).

E numa visão contrária a apresentada pelos defensores da internet como meio de comunicação revolucionário e transformador da sociedade, Dominique Wolton ressalta que a comunicação a partir dos computadores não é o ponto de partida “O mais freqüente é que a história econômica, social e cultural dê um sentido à história técnica, não o inverso” (WOLTON, 2007, P.12). Wolton complementa quando afirma que é natural uma evolução tecnologia, mas que isso não é o bastante para que a sociedade também evolua. Segundo o sociólogo, o essencial da comunicação nunca está no lado das tecnologias e que para que haja uma melhor

comunicação humana e social, a performance da nova mídia não é suficiente.

A comunicação está reduzida às técnicas, e as técnicas tornam-se o sentido a ponto de se chamar a sociedade do futuro de 'sociedade de informação ou de comunicação', pelo nome da técnica dominante. Estranha compreensão de sentido, á imagem da compreensão de dados de informática. (WOLTON, 2007, p. 33)

Edgar Morin corrobora quando afirma que o discurso daqueles mais eufóricos, que consideram que a internet possibilita que todos se comuniquem, remete a outra questão: a complexidade dos meios de comunicação faz com que as pessoas compreendam menos umas as outras. Na avaliação de Morin, a compreensão não é, essencialmente, um problema de meios, mas de fins e envolve aspecto subjetivo profundo da pessoa. Sendo, portanto, um problema filosófico.

Fala-se muito em comunicação e na hegemonia da mídia em nossa época. Trata-se de uma concepção e não compreende bem o fenômeno e isola o papel dos meios de comunicação, dando a estes uma autonomia exagerada. É um clichê que atravessou o século XX e, apesar dos esforços de pesquisa, não foi dissipado. (MORIN, 2008, p. 13)

E neste sentido de predomínio da técnica sobre a teoria social, que também contempla a comunicação, Paulo Vaz questiona a definição de internet. Quando se faz uso da internet, você trabalha com um simples sistema de rede ou com um meio de comunicação? E mais: a internet possibilita o acesso a diferentes tipos de produções longínquos e características de poucos centros ou é uma ferramenta que torna possível os indivíduos se expressarem e se reunirem?

Sejam autores idealizadores ou questionadores da internet, existem alguns aspectos trabalhados da mesma forma por ambos os lados. De fato a rede amplia o número de mensagens que podemos receber e enviar, por exemplo. O equívoco, para Vaz, contudo, está no determinismo tecnológico que desconsidera as relações humanas e sociais.

De um lado, não investiga o nexos histórico entre ordenação social, forma tecnológica e tipo de mediação. Se o fizesse, seria obrigado a pensar que a internet coloca em crise um tipo de mediador, mas que necessariamente abre a possibilidade de outros. De outro lado, o determinismo tecnológico, quando pensa internet, supõe implicitamente que a tecnologia é positiva e constante. No que surgiu uma estrutura descentralizada e interativa de comunicação, teria sido para sempre aberta uma nova fronteira onde os poderes do velho mundo jamais conseguiriam penetrar. Mas o desenvolvimento recente de *softwares*, especialmente aqueles vinculados às técnicas de criptografia, constituição de bancos de dados e controle da propriedade intelectual, nos asseguram que toda tecnologia privilegia alguns segmentos sociais em detrimento de outros (...) (VAZ, 2008, p. 217).

Assim como na Esfera Pública de Habermas, a interferência do capital novamente deturpa a concepção de um espaço público, (neste caso virtual) onde as pessoas discutiriam livremente temas de interesse comum. Aqui se percebe novamente que a internet sofre dos mesmos problemas dos outros veículos de comunicação. Mais adiante veremos de que forma a proposta de comunicação via *web*, para esses autores mais críticos, retoma os entraves da televisão, do rádio e do jornal impresso.

Com relação a interferência do capital econômico há análises que consideram que a internet tende a enfatizar as desigualdades.

Trata-se menos de um esforço de democratização do que de uma especialização das informações em função dos diferentes meios solváveis, pois o pagamento pela informação será indissociável deste novo serviço. Assim, não somente há uma especialização do tipo de informação em função dos públicos, mas, além disso, a seleção se opera pelo dinheiro e pelo nível cultural, mesmo que cada um possa acessar livremente. (WOLTON, 2007, p. 96)

Isso ocorre por causa do hipertexto. A informação é seletiva. O internauta determina como ele quer construir a informação. E essa autonomia está ligada, como exemplifica Wolton, a esquemas culturais. As desigualdades socioculturais se acentuam na utilização de quatro serviços oferecidos pela web: informação, lazer, serviço e conhecimento. O aspecto que mais preocupa e chama atenção para esta expansão das desigualdades não é o fato de que alguns terão e outros não acesso, mas sim na demanda.

Ora, este está ligado à posição social de cada um: um dos efeitos da dominação sociocultural é justamente o de pedir só o que se tem. Desejar outra coisa, empreender, já é se colocar em uma atitude dinâmica de questionamento, de emancipação. O risco é que haja um lugar para cada um, mas cada um em seu lugar! Os dois perigos são então pelo dinheiro e a segmentação dos conteúdos em função dos meios sociais. (WOLTON, 2007, p. 97)

Encontra-se na literatura a definição da internet como agente de desconstrução da sociedade. Adrew Keen afirma que a internet, entre outras coisas, é ferramenta de falência do comércio tradicional, proliferação de pedofilia, controle social e decadência de instituições de ensino. Totalmente descrente da possibilidade transformadora da internet, Keen, a partir de entrevistas com criadores de famosos *site* e *blogs*, relata casos policiais que tiveram início em informações divulgadas na *net* e dados do mercado midiático dos Estados Unidos.

A democratização, apesar de sua elevada idealização, está solapando a verdade, azedando o discurso cívico e depreciando a expertise, a experiência e o talento. (...) está ameaçando o próprio futuro e nossas instituições culturais. Eu chamo isso de grande sedução. A revolução da Web 2.0 disseminou a promessa de levar mais verdade a mais pessoas – mais profundidade de informação, perspectiva global, opinião imparcial fornecida por observadores desapaixonados. Porém, isso é cortina de fumaça (KEEN, 2009, p. 19).

Esta concepção de Keen está associada ao imediatismo da atual sociedade. Segundo ele, o que se percebe é a divulgação de menos notícias confiáveis, propagação de informações inúteis e conteúdo duvidoso, principalmente, pela possibilidade que a internet oferece de a fonte ser anônima.

Quando se analisa a possibilidade de convergência midiática, a internet apresenta-se como vilã e meio para aumentar o lucro das grandes empresas de comunicação. E estabelece entre elas uma concorrência que reflete na qualidade da informação.

A concorrência desenfreada entre grupos midiáticos leva a mídia a abandonar, mais ou menos cinicamente, sua finalidade cívica. O que conta é a rentabilidade econômica, o lucro. Na hora de desenvolver novas tecnologias da informação e da comunicação, os diferentes tipos de mídia entram em guerra uns contra os outros. E prevê-se que a revolução digital poderia dar origem a novos tipos de mídia, associando a qualidade das imagens da TV com facilidade do telefone, a memória do computador e a maneabilidade dos jornais impressos: esses tipos de mídia poderiam ser consultados por meio do telefone celular ou do correio eletrônico (RAMONET, 2001, p. 135)

Nesta relação sociedade/internet a figura e a atuação do jornalista, profissional mediador da comunicação de massa, também é alvo de críticas e de reflexões. Na internet surge a figura do jornalista-cidadão, que são os blogueiros e/ou os internautas que mantêm site e divulgam informações, como se fossem um profissional da comunicação, mas são “amadores”, como designa Andrew Keen. O autor argumenta que esta situação corrobora para a má qualidade da informação divulgada pela nova mídia. “A simples posse de um computador e de uma conexão com a internet não transforma uma pessoa num bom jornalista, assim como o acesso a uma cozinha não faz ninguém um bom cozinheiro. Mas milhões de jornalistas amadores pensam que faz” (KEEN, 2007, p. 48).

Os jornalistas-cidadão valem-se do amadorismo como credibilidade. Esses internautas ostentam a falta de formação e de qualificação formal como prova de vocação e características que permite transmitir informações sem serem

tendenciosos. Essa afirmação, entretanto, não é correta na avaliação de outros autores. Keen entende que o jornalista-cidadão não possui recursos para divulgar notícias confiáveis e ainda utilizam-se do conteúdo vinculado pelos *sites* de comunicação tradicionais que pretendem substituir.

Esses amadores tratam a publicação de blogs como uma vocação moral, não uma profissão submetida a padrões aceitos; orgulhosos de sua falta de formação, de padrões e de códigos éticos, eles se definem como assassinos dos gigantes da mídia, como irreverentes Davis que sobrepujam os Golias da indústria de coleta de notícias. Na primeira revolução da internet, o valor de um site era determinado pelo número de seus visitantes; na época da web 2.0, o valor é determinado pelo número de vozes amadoras que acumula (KEEN, 2007, p. 53)

A cibercultura é vista como a cultura do excesso de informação. A internet popularizada fez com que a informação fluísse globalmente. A sociedade contemporânea institui-se como uma disseminação incontrolável de dados como: *samplings* musicais, vírus, pirataria e colagens digitais. Por isso, o indivíduo contemporâneo vive em uma sociedade de excessos. “A cibercultura fornece vários exemplos de uma despesa excessiva, não acumulativa e irracional de bits” (LEMOS, 2002, p. 113).

A informação é o poder. A abundância e a velocidade com que a informação circula permitem analisar, no século XXI, o conceito de liberdade do racionalismo do século XVII, quando se entendia que a falta de informação correspondia a falta de liberdade. A atual sociedade democrática compartilha deste conceito e, portanto, para alguns autores, as características da internet possibilitam um sistema democrático rico. Essa afirmação, contudo, é vista por Ignácio Ramonet como um impasse. Ele questiona se sempre existe a correlação informação e liberdade.

Em primeiro lugar, a suposta liberdade que as novas tecnologias da informação oferecem não diz respeito a todo mundo. Há, por exemplo, menos linhas telefônicas na África negra do que só na cidade de Tóquio. Uma outra ilustração é a do número de computadores pessoais no mundo, que mal ultrapassa os 200 milhões para uma população total de 6 bilhões de pessoas. A possibilidade de acesso à internet é portanto limitada a 4% dos lares do planeta (RAMONET, 2001, p. 76).

A partir destes dados o autor sugere que a contemporaneidade está sujeita a um novo critério de desigualdade, segundo ele mais grave, entre os seres humanos: o info-ricos e os info-pobres. A era da informação estabelece dois parâmetros influentes determinantes sobre a informação: o mimetismo midiático e a

hiperemoção. Para Ramonet, a internet apresenta os mesmos erros da mídia referência (televisão, rádio e jornal) e, algumas vezes, acentua tais problemas desencadeando efeitos mais complicadores. O mimetismo a que o autor se refere é “febre que se apodera repentinamente da mídia (confundindo todos os suportes), impelindo-a na mais absoluta urgência, a precipitar-se para cobrir um acontecimento (seja qual for) (...)” (RAMONET, 2001, p. 21). Isso ocorre porque os ditos tradicionais meios de comunicação atribuem à internet grande importância. E o resultado é

um efeito bola-de-neve e funciona como uma espécie de auto-intoxicação: quanto mais os meios de comunicação falam de um assunto, mais se persuadem, coletivamente, de que este assunto é indispensável, central, capital e que é preciso dar-lhe ainda mais cobertura consagrando-lhe mais tempo, mais recursos, mais jornalistas. Assim os diferentes meios de comunicação se auto-estimulam, superexcitam uns aos outros, multiplicam cada vez mais oferta e se deixam arrastar para a superinformação numa espécie de espiral vertiginosa, inebriante, até a náusea (RAMONET, 2001, p. 21).

Este processo de retro-alimentação da mídia é acentuado pela internet e o resultado é que, durante muito tempo, se dá destaque a um fato que nem sempre, e cada vez mais, não é de interesse público.

O segundo aspecto que age sobre a informação é a hiperemoção. O chamado sensacionalismo também é presente na *web*, uma vez que figura característica da superinformação. A ideia de se explorar a emoção começou com a televisão. “Insidiosamente, estabeleceu uma espécie de nova equação informacional que poderia ser formulada desta maneira ‘Se a emoção que vocês sentem ao ver o telejornal é verdadeira, a informação é verdadeira’” (RAMONET, 2001, p. 22). E este estímulo entre as mídias promove uma reflexão sobre a verdade mídiática. Se as mídias são uniformes na forma de noticiar e afirmam que algo é verdadeira, fica estabelecido que aquilo é verdadeiro.

Ora, o único meio de que dispõe um cidadão para verificar se uma informação é verdadeira é confrontar os discursos dos diferentes meios de comunicação. Então, se todos afirmam a mesma coisa, não resta mais do que admitir esse discurso único... (RAMONET, 2001, p. 45)

Ainda com relação a função da mídia de noticiar fatos e o papel da internet para alterar este processo, existe um ponto defendido pelos teóricos que afirma que a internet é o veículo transformador uma vez que permite divulgar uma maior quantidade de informação. Mas há outra reflexão sobre esta abundância de informação. Ramonet entende que a sociedade da informação global mede o

desenvolvimento pela expansão das tecnologias da informação e da comunicação. E com toda esta disponibilidade questiona qual é a real informação ou ainda qual será a captação de conhecimento por parte dos cidadãos. Mesmo que uma pessoa seja “capaz de ler mil palavras por minuto, oito horas por dia, precisaria de um mês e meio para ler as informações publicadas num único dia. Depois disto, teria acumulado um atraso de cinco anos e meio da leitura...” (RAMONET, 2001, p. 128)

Sobre o fluxo intenso de informações Andrew Keen é mais radical: “É o cego guiando o cego – infinitos macacos fornecendo informações infinitas para infinitos leitores, perpetuando o ciclo de desinformação e ignorância” (KEEN, 2007, p. 10). Para enfatizar este suposto malefício da web 2.0, Keen cita Habermas (2006) colocar nota – Jüngen Habermas, Discurso de aceitação do Bruno *Kreisky Prize for Advancement of Human Rights*, 9 mar 2006, que afirmou que o preço que pagamos pelo crescimento do igualitarismo oferecido pela internet é o acesso descentralizado a artigos não editados. Para Habermas, nesse meio, as contribuições dos intelectuais perdem seu poder de criar um foco.

Contudo, a informação puramente não implica comunicação. É preciso que o homem e a comunidade integrem o fluxo de informação em suas comunicações. Existe sempre o caráter subjetivo que retira o poder transformador da técnica.

A informação é sempre um segmento, e somente a comunicação, com suas prodigiosas ambigüidades, lhe faz emergir um sentido. (...) Depois, não é suficiente que os homens troquem muitas informações para que se compreendam melhor. São planos culturais e sociais de interação das informações que contam, não o volume ou a diversidade dessas informações. (...) (WOLTON, 2008, p. 149 e 150)

A busca pela informação passa pelos mecanismos de busca da internet, são ponto de partida para espécie de pesquisa, seja ela acadêmica ou de lazer. E, usando como exemplo o Google, maior *site* de busca da *web*, Keen estabelece um nexos entre a formatação destes *sites* e os reflexos na sociedade que colocam em xeque o intuito da internet expandir a informação.

A lógica do mecanismo de busca do Google, que os tecnólogos chamam algoritmo, reflete a “sabedoria” das massas. Em outras palavras, quanto mais pessoas clicam num link que resulta de uma busca, mais provável se torna que esse link apareça em buscas subseqüentes. O mecanismo de busca é uma agregação dos 90 milhões de perguntas que fazemos coletivamente ao Google a cada dia; em outras palavras, ela só nos diz o que já sabemos. (KEEN, 2007, p. 11)

O autor entende que projeto humanista de ler tudo, de saber tudo, tornou-se ilusório e vão. Juremir Machado da Silva corrobora com Ramonet quando analisa a essência das novas tecnologias como uma busca pelo aumento da produção real, virtual, potencial, atual, intelectual, comercial, industrial, sexual, libidinal, etc. O pensador, termo utilizado pelo autor, tem a obrigação de ser eficaz e útil para invalidar a hipótese do outro, divulgada na *web*. E sobre o anonimato permitido pela internet o autor afirma que “o pensamento adora travestir-se do que não é para melhor ludibriar a hermenêutica que assegura compreende-lo”. (SILVA, 2003, p. 109)

O ciber mundo está em um estado de *atopia*, para contrapor o conceito de utopia trabalho por Paulo Virgílio. A utopia aqui é um tempo e um espaço concretos, onde se viveria o impossível. A *atopia* é o não-espaço intemporal onde tudo está fora do lugar, inclusive a tecnologia. E sobre o cidadão que vive nestes mundos o autor exemplifica que

O homem utópico era missionário, político, messiânico e essencialista. Em outras palavras, o homem utópico acreditava. Era crente. Nesse sentido, sempre apostou no poder contra a potência. O homem *atópico*, ao contrário é pragmático, realista (mesmo no virtual), apolítico e relativista. Essa é a sua força. Essa é a sua fragilidade. De tanto refutar o angelismo da utopia e a diabolização das ideologias, o homem *atópico* acabou por aceitar a dissimulação como única verdade. (FILHO, 2003, p. 110)

O autor argumenta que no mundo atópico não existe programa, doutrina, perspectiva e há um investimento na desvalorização. O homem abre mão do futuro e da geografia, a globalização minimiza o que for possível para que a circulação seja rápida e esta agilidade faz com que não se necessite de deslocamento. São todas características das relações via *web*, vistas com um olhar não otimista e idealizador. O autor menciona ainda a identificação de público e/ou grupos com interesses em comum como algo que questiona o conceito de verdade. “A verossimilhança, de resto, importa mais do que a verdade, esta miragem feita de pedras virtuais” (SILVA, 2003, p. 112)

Para autores críticos, não há perspectivas otimistas da internet. Andrew Keen desenha cenários de desconstrução. Ele acredita que a *web 2.0* traz menos cultura, mais notícias sem credibilidade e informações inúteis. O espaço virtual propicia o desaparecimento da verdade. “Em vez de mais comunidades, conhecimento ou cultura, tudo o que a *web 2.0* fornece é mais conteúdo duvidoso

proveniente de fontes anônimas, seqüestrando nosso tempo e explorando nossa credulidade” (KEEN, 2007, p. 21). Na interpretação de Keen isso ocorre porque público e autor são a mesma coisa.

Num mundo em que público e autor se confundem, tornando-se cada vez mais indistinguíveis, e onde é quase impossível verificar a autenticidade, a idéia de autoria original e propriedade intelectual fica seriamente comprometida. (...) Essa definição nebulosa de propriedade, agravada pela facilidade com que agora podemos recortar e colar o trabalho de outrem para fazer com que pareça nosso, resultou numa nova e perturbadora permissividade em relação à propriedade intelectual (KEEN, 2007, p. 26).

Para contrapor autores que defendem o ciberespaço como aquele que fomenta o debate público político, os teóricos da corrente adversa argumentam que o jornalismo amador banaliza e corrompe o debate sério. A identificação de internautas cidadão faz com que as pessoas reafirmem suas crenças e não estabeleçam diálogos construtivos ou confronto de idéias. O jornalismo amador não é um empecilho para o debate político apenas na era da informação, Keen destaca que esta já era uma preocupação de diferentes autores de diferentes períodos: Platão, Aristóteles, Edmund Burke e Hannah Arendt. A forma como ocorre o debate na *web 2.0* configura-se como “a degeneração da democracia sob a ditadura das massas e do boato” (KEEN, 2007, p. 55). O mundo da internet

é uma nação tão digitalmente fragmentada que não é mais capaz de debate informado. Em vez disso, usamos a *web* para confirmar nossas próprias idéias partidárias e nos aliar a outros com as mesmas ideologias. Os blogs estão formando atualmente comunidades agregadas de jornalistas amadores de mesma opinião (...) (KEEN, 2007, p. 55)

É preciso, como argumenta Wolton, relativizar a “revolução” da internet. A sociedade da informação pode se configurar mais tarde como a sociedade do mesmo, uma vez que há conexões apenas com aqueles que apresentam algum ponto em comum.

A sociedade da informação corre o risco de ser amanhã a sociedade do mesmo, porque ela favorece a ligação entre indivíduos e comunidades que se parecem, deixando de lado a questão da heterogeneidade. Conseguir coabitar com aqueles que não se parecem comigo não é um problema técnico, mas uma questão inteiramente política. O que está em jogo hoje é resistir a segmentação da sociedade em pequenas comunidades par preservar esses mínimo de sentimento de coletividade sem o qual não há sociedade (WOLTON, 2008, p. 153).

A expectativa vivida atualmente de que a técnica será o meio para transformar a sociedade não é nova. Isto era esperado como consequência da revolução industrial. Todavia, a revolução das máquinas demandou cento e cinquenta anos para humanizar o projeto industrial. E há quarenta anos, a promessa da web foi feita na primeira explosão da informática. Para os dois casos, existia uma desculpa: “se a revolução técnica não teve o efeito esperado sobre a sociedade, é porque as técnicas não eram suficientemente eficientes. Será feito amanhã o que não se pode fazer hoje” (WOLTON, 2008, p. 153).

Percebe-se nas argumentações dos autores críticos que a internet configura-se como insuficiente para promover uma alteração social e política e ainda que não é capaz de ampliar o debate público, uma vez que os autores que a considera exclusiva por demandar recursos financeiros. A divergência de opiniões - expostas nos dois capítulos - são claras e, em alguns casos, extremistas.

3 CONCLUSÃO

A posição dos autores, tanto dos otimistas quanto dos descrentes do poder transformador da sociedade, é clara. São visões extremistas idealizadoras ou catastróficas. Todavia, é possível identificar reflexões mais balanceadas e questionadoras. No primeiro capítulo, verificou-se que os teóricos baseiam-se, principalmente em três aspectos para apontar a internet e as relações via *web* como transformadoras da sociedade: tempo, distância e espaço. Não existe um local delimitado, as distâncias tornam-se irrelevantes e o tempo é ágil. As informações são trocadas com rapidez jamais vista. A geografia é fácil de ser superada. O internauta brasileiro pode ir ao Japão com um clique.

Há ainda a convergência midiática que quebra o paradigma da comunicação emissor – receptor. Agora, o que se vê é a comunicação todos-todos. Surge uma descentralização dos fatos, da informação e da notícia. Este é, para Pierre Lévy, o principal aspecto da internet que possibilita mudar o processo comunicativo da sociedade e assim construir uma nova democracia.

Cabe aqui uma reflexão sobre este todos-todos. O novo modelo de comunicação pode-se mostrar excludente uma vez que é para todos que tem acesso a internet, seja em casa, no ambiente de trabalho ou *lan houses*. No Brasil, especificamente, ainda que crescente corresponde a 77 milhões de pessoas, em um universo de 190 milhões. De acordo com uma pesquisa divulgada em setembro de 2011 pelo Ibope – que é um instituto privado de pesquisa – mostra que no segundo trimestre de 2011, o número de acesso a *web* aumentou 5,5% quando comparado ao mesmo período de 2010. Em relação ao segundo trimestre de 2009, o crescimento foi de 20%. A partir deste dado, pode-se especular que a democracia pela internet pode até existir, como sugerem os otimistas, entretanto, certamente vai demandar um período considerável.

Percebeu-se que os autores trabalham a *web* como o ambiente que cria uma interação da coletividade, que segundo Lévy torna possível o conceito de democracia. O autor destaca que apesar da potência do novo meio de comunicação, a interferência do homem é fundamental para que a revolução tecnológica aconteça. É a tecnologia agindo nas relações humanas.

Porém, quando ao autor afirma que a internet dá rapidez a aprendizagem há uma pequena contradição. Se ele considera que o ambiente onde o internauta está inserido e as relações que ele estabelece no espaço físico, é delicado garantir que o simples fato de navegar na *web* vai proporcionar conhecimento. Seria como garanti que a simples presença do aluno em sala de aula faz com que ele aprenda o conteúdo passado pelo professor.

Ainda sobre especulando sobre as argumentações dos otimistas, os temas ciberespaço e cibercultura são utilizados para determinar a transposição da sociedade física para a virtualidade, desta vez com os desejos de uma sociedade democrática concretizados. No ciberespaço é possível estar só sem estar isolado. É um campo vasto, aberto e indeterminado que permite inúmeras conexões pessoais e profissionais. E na cibercultura existe um alto fluxo de informações. O acesso é globalizado e disponível para quem quiser e da maneira como quiser. Inclusive, as informações que quiser. Os autores que analisaram a internet como algo positivo, acreditam que a autonomia do internauta o permite selecionar as informações e as relações humanas. Ele busca o conhecimento desejado e estabelece contato, exclusivamente, com pessoas que se identificam. Seria o objetivo comum viabilizando a dialética. Seria então uma democracia dentro do grupo que eu quero estar inserido e não participativo das heterogeneidades da sociedade? Neste caso, pode-se dizer, que o próprio internauta restringe o ambiente de convívio, ainda que virtual. Há ainda a opção de que ele vai reproduzir aquilo que lhe é rotulado e procurar compartilhar experiências e estabelecer interatividade com o mesmo grupo econômico e social, por já sentir que faz parte daquele universo.

Outra característica da internet destaca pelos otimistas é a fusão entre público e privado. O assunto que é de interesse de um, é discutido por todos e passa a ser de domínio público. Este fenômeno é chamado por Lévy de Efeito Moebius. O cidadão toma para si o que é público e expõe o que lhe é subjetivo.

Essas análises podem ser consideradas são exageradas e unilaterais e alguns efeitos da internet, exaltados pelos autores, não são exclusivos da nova mídia. A identificação existe na televisão, no rádio ou no jornal. O telespectador, por exemplo, escolhe o canal com qual se identifica. Assiste e presta atenção nas matérias que trazem temas que lhe interessa, caso contrário, troca de canal. Aliás, o modelo de comunicação cuja influencia é dita como certa já foi colocado em xeque por teóricos na década de 40. As relações familiares, profissionais, as experiências

personais e também o ambiente onde o emissor está inserido são considerados elementos que interferem na comunicação e, por este motivo, minimizam o poder da mídia.

Não se sabe até que ponto o avanço tecnológico, que permite a divulgação de fatos ocorridos em outro continente com rapidez, interfere nas relações humanas. Os autores não comprovam ou estabelecem ligação entre a rapidez com que a população tem acesso à informação e a notícias e a mudanças na sociedade tornando-a mais democrática. E assim como a internet traz características em comum também traz, em alguns casos, os mesmos problemas dos veículos de comunicação de massa.

Para estabelecer um debate sobre a suposta potencialidade revolucionária da internet, no segundo capítulo há argumentações que criticam a internet e a colocam como ferramenta de desconstrução social. Há autores que assim como os otimistas fazem análises exageradas, interpretando a internet como uma invenção que deturpa os alicerces da comunicação e da democracia.

Por outro lado, já se visualiza argumentações como as de Wolton, que estabelecem nexos entre a técnica e o homem e a partir daí desenha um cenário menos poderoso para a internet.

O que se vê no segundo capítulo é a comunicação vista como elemento fundamental para a democracia, o cerne para sociedade como expõe Wolton. E a principal crítica está na sobreposição da técnica a sociedade. Enquanto os otimistas acreditam que a tecnologia vai transformar a sociedade, os pessimistas dizem que ela não é o bastante. Como afirma Wolton (2007), que a economia, a cultura, a sociedade dão sentido a técnica. Ela por si só é incapaz de promover a evolução da sociedade.

Aqui a autonomia ofertada ao cidadão pela internet não é algo positivo e acentua discrepâncias sociais privilegiando aquele que já tem acesso à informação pelos meios ditos convencionais. Somando-se a isso, a seleção das informações enraíza a interferência do capital na comunicação. Aqueles que possuem uma condição social mais favorecida e, muitas vezes, um nível cultural mais alto, vão buscar informações de interesse do grupo social, econômico ou cultural no qual está inserido. No caso do internauta de classe média baixa, por exemplo, as buscas na internet vão pertencer ao contexto social que ele pertence. O cidadão pode o que se tem (WOLTON, 2007).

As classes sociais vão se consolidando como castas: um lugar para cada um. Cada um no seu lugar.

Uma vez que a internet se apresenta como um veículo de comunicação, os pessimistas entendem que ela colabora para o fim cívico da comunicação. A atuação dos amadores e dos jornalistas cidadão, que mantém *blogs*, portais e *sites* fazem com que circulem informações sem credibilidade, qualidade e profissionalismo. Os pessimistas exemplificam a desqualificação da comunicação e da informação da seguinte forma.

Na primeira revolução da internet, a quantidade de acesso era o sinal da dita revolução social a partir da técnica. Na *web 2.0*, os autores exemplificam a democratização com a quantidade de vozes amadoras. A pergunta feita por sociólogos e teóricos da comunicação é qual é a relação entre estas conseqüências e uma sociedade mais democrática, acessível e igualitária? E ainda, em que momento a informação significou liberdade.

Ainda sobre o jornalista cidadão, vale ponderar algumas premissas jornalísticas que, independentemente de serem positivas ou não, foram propícias para o ingresso desta nova figura no processo informativo. A audiência, a busca pela identificação do público, a necessidade de estar onde os fatos ocorrem e também a necessidade crescente da população de ser ouvida. Fazer notícia, a partir do material enviado pelo telespectador, ouvinte, leitor e internauta, conquista audiência uma vez que o colaborar que se ver. Há ainda a disseminação da idéia de que ele faz parte daquele grupo de comunicação. A possibilidade de o telespectador mandar vídeos com imagens de tempestades, supre a ausência da equipe de reportagem que não estava no local, que normalmente são pequenos ou de difícil acesso. Sem mencionar que a comunidade, vê retratada a sua realidade que até então era esquecida.

O que é sabido, por enquanto, é que por ser um processo humano uma possível democratização virtual está ou não construção, é algo variante. É como se colocasse uma balança e medisse os pontos positivos e negativos de cada característica da internet. Em alguns momentos a balança penderia para a direita e em outras ocasiões para esquerda, sendo sem difícil e complexo conseguir equilibrá-la. Talvez, o ponto em comum dos aspectos levantados pelos otimistas e pelos pessimistas, seja o ponto de partida para entender a complexidade se tentar estabelecer a internet como o instrumento para a democracia plena.

Nunca se saberá por completo o ambiente em que o internauta está submetido e nem a carga cognitiva que possui que vai agir como filtro ou transformadora das informações recebidas por meio da internet.

REFERÊNCIAS

- FILHO, Clóvis de Barros. **Comunicação na Polis**: Ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.
- GUARESCHI, Pedro A; BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e cidadania**: tudo o que você deve saber sobre mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- KEEN, Andrew. **O Culto do amador**: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2009.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2000.
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo, SP: Editora 34, 2001.
- MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado. **A genealogia do virtual**: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário. Porto Alegre, RS: Sulinas, 2008.
- PRADO, José Luiz Aidar. **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- RAMONET, Ignácio. **Tiranía da Comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- STOCKINGER, Gottfried. **A interação entre cibernsistemas e sistemas sociais**. Disponível em:< <http://www.bocc.ubi.pt/pag/stockinger-gottfried-interacao-cibernsistemas.html>>. Acesso em 10 set. 2011.
- STRAUBHAAR, Joseph; LAROSE, Robert. **Comunicação, mídia e Tecnologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- WOLTON, Dominique. **Intenet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre, RS: Sulinas, 2007.